

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.164 - SP (2019/0123797-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**  
**ADVOGADO** : **JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S)**  
- SP273843  
**RECORRENTE** : **LENICE ARAUJO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **RENATA VILHENA SILVA E OUTRO(S)** - SP147954  
**RECORRIDO** : **OS MESMOS**  
**INTERES.** : **QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S/A**  
**ADVOGADO** : **JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E OUTRO(S)**  
- SP273843

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. 1. REAJUSTE EXCESSIVO. CÁLCULO REALIZADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ADEQUAÇÃO COM OS PARÂMETROS DELINEADOS NA RESOLUÇÃO N. 63/2003 DA ANS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 2. PERÍCIA ATUARIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 3. RECURSO DE SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por Sul América Companhia de Seguro Saúde, com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 391):

PLANO DE SAÚDE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO. Abusividade do reajuste por mudança de faixa etária. Sentença de improcedência. Inconformismo da parte autora. Parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa 63/2003 da ANS. Variação acumulada entre a sétima e a décima faixa que não pode ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas etárias. Abuso ocorrido. Determinada a redução do reajuste etário, fixando o percentual de 46,07%. Restituição das quantias pagas, todavia, fixando o termo inicial a partir da data da propositura da ação. Precedentes desta Câmara. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a insurgente aponta divergência jurisprudencial e violação aos arts. 1.040, II, do CPC/2015; e 15 da Lei n. 9.656/1998.

Assevera que a declaração de abusividade do percentual de reajuste não prescinde do debruçamento sobre o seu cálculo, estando os valores reajustados em consonância com o disposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Sustenta que, para fins do art. 3º da Resolução Normativa n. 63/2003, da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a expressão "variação acumulada" não pode ser interpretada de modo a se realizar o cálculo somando os percentuais.

Pondera que, mesmo que seja reconhecida a abusividade do aumento praticado, é vedado ao órgão julgador afastar ou reduzir o percentual de reajuste sem o amparo de prova técnica atuarial.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 499), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 504-506), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Quanto ao reajuste praticado pela operadora de plano de saúde, ora recorrente, em razão de a beneficiária ter completado 59 (cinquenta e nove) anos, o Tribunal de origem, com supedâneo no acervo fático-probatório dos autos e interpretando as cláusulas do contrato, reputou excessivo o percentual de 89,07%, aplicado pela insurgente, reduzindo-o para 46,07%, a fim de adequá-lo aos critérios estabelecidos na Resolução n. 63/2003 da ANS.

É o que se extrai do seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 393-395):

A controvérsia cinge-se quanto à variação das contraprestações pecuniárias, em razão da idade do usuário, a qual é admitida desde que prevista no contrato de forma clara, com indicação dos grupos etários e os percentuais de reajuste correspondentes.

Logo, os reajustes por faixa etária deverão seguir os parâmetros estabelecidos pelo art. 15 da lei 9.656/1998 e pela Resolução Normativa 63/2003, aqui aplicável por analogia para garantir o equilíbrio na relação negocial e tendo em vista que a celebração do contrato ocorreu em 01.08.2008 (fls. 34).

(...)

Assim, foi admitida a adoção de tabelas progressivas de aumento até os 59 anos de idade, as quais devem estar circunscritas a determinado

número de faixas etárias e limites.

No caso em análise, estando previsto o reajuste de mensalidade por mudança de faixa etária, e tendo o plano iniciado em 01.08.2008, conforme indicado na carteirinha, aplica-se o item “II” do artigo acima indicado.

Ocorre que, analisando o contrato e a tabela indicada à fl. 183, verifica-se que há ilegalidade no percentual aplicado a última faixa etária do instrumento (89,07%), pois em discordância ao critério estipulado no artigo 3º, inciso II, da Resolução Normativa 63 da ANS. Vejamos:

(...)

Tendo em vista que o percentual de reajuste entre a sétima e décima faixa etária (156,97%) foi superior à variação cumulada entre a primeira e a sétima faixa etária (110,90%), é clara a abusividade no percentual de variação.

Razoável, assim, a intervenção no contrato, a fim de reduzir o excesso de reajuste contido na última faixa etária, alterando-o de 110,90% para 46,07% (valor obtido através da subtração do percentual em excesso, do percentual contido na última faixa), de acordo com os limites traçados no art. 3º, inciso II da Resolução Normativa nº 63 da ANS, cujo saldo financeiro deverá ser apurado em fase de liquidação de sentença.

Em razão do exposto, de rigor o acolhimento do pedido para declarar a abusividade quanto ao percentual aplicado no contrato para majoração da mensalidade em razão da mudança de faixa etária aos 59 anos, determinando-se a aplicação do percentual de 46,07%, conforme já explanado.

Para derruir a convicção formada, entendendo que a forma de cálculo utilizada pela Corte local estaria equivocada e que, portanto, o reajuste aplicado pela ora recorrente não seria excessivo, exigir-se-ia deste Tribunal Superior o reexame dos fatos e das provas dos autos, bem como a interpretação de cláusulas contratuais, o que não se admite no âmbito do recurso especial, ante os óbices dos verbetes n. 5 e 7 da Súmula do STJ.

No que tange à suposta necessidade de produção de prova técnica pericial para afastar ou reduzir o percentual de reajuste, verifica-se que tal questão não foi debatida no acórdão estadual.

Dessa forma, não tendo havido pronunciamento do Tribunal de origem sobre o tema, caberia à parte opor embargos de declaração para obter o necessário prequestionamento viabilizador do acesso à instância especial, ônus do qual não se desincumbiu, o que faz incidir, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do

STF.

Por oportuno:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE. AFRONTA AOS ARTS. 402, 403, 730, 733 E 734 DO CÓDIGO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA/STF. DANOS MORAL E MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As matérias constantes dos dispositivos legais apontados como violados não foram objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o necessário prequestionamento, incidente o óbice do enunciado 282 da Súmula do STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1111956/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ARREMATACÃO DE IMÓVEL. TEMA NÃO DEBATIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA Nº 282 DO STF. INCIDÊNCIA. PREÇO VIL. NÃO OCORRÊNCIA. REVOLVIMENTO DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A matéria referente ao art. 620 do CPC/73 não foi objeto de debate prévio nas instâncias de origem. Ausente, portanto, o devido prequestionamento nos termos da Súmula nº 282 do STF.

(...)

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1026779/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017)

Ante o exposto, não conheço do recurso especial de Sul América Companhia de Seguro Saúde.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

